

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DISCIPLINA DE PSICOPATOLOGIA I
PROFESSORA MAGDA DO CANTO ZURBA
ESTUDANTES LETÍCIA LIMA E YAMILET QUADROS

PSICOPATOLOGIA E RACISMO: POPULAÇÃO NEGRA EM FOCO

Florianópolis

2020

Psicopatologia e racismo: população negra em foco

Resumo

O presente texto visa discorrer sobre psicopatologia e racismo, focando na população negra e baseando-se, principalmente, na contribuição teórica do autor martinicano Frantz Fanon, bem como em outros materiais que abordam o aspecto histórico e sócio-cultural do racismo no Brasil. Neste sentido, o racismo enquanto uma psicopatologia da sociedade brasileira, dentre suas diversas problemáticas, também impacta negativamente na formação de subjetividades. Assim, espera-se produzir reflexões que ampliem o urgente debate sobre a saúde mental da população negra brasileira, bem como que apontem possíveis caminhos para o resgate da positivação de subjetividades pretas, dado o contexto extremamente racista que é o Brasil.

Palavras-chave: psicopatologia; racismo; subjetividades pretas;

Introdução

Esta escrita visa discorrer sobre o racismo enquanto uma psicopatologia própria do tecido histórico e sócio-cultural brasileiro, o último país a abolir “legalmente” o regime escravocrata (apenas enquanto marco histórico). Deste modo, sabe-se (ou deveria) que a formação brasileira tem suas raízes ancoradas em uma longa tradição colonialista, forjada a partir do extermínio e escravização praticados pelos povos brancos contra os povos originários, bem como dos africanos e seus descendentes nascidos na diáspora.

Neste sentido, historicamente tal processo ocorre através de uma auto-admissão do Ocidente no “pedestal de superioridade”, o qual, através do roubo e apropriação de conhecimentos de povos antigos, como os egípcios (originalmente denominados keméticos), passam a se entender como centro do mundo no que concerne a todas as possíveis dimensões (como valores civilizatórios, culturais, sociais), estabelecendo, então, sua hegemonia sobre povos que fossem “não-brancos”.

Assim, a dominação do Ocidente ocorreu por meio de uma imposta universalização das particularidades da cultura e dos valores brancos, culminando no projeto colonialista rumo ao extermínio e genocídio de diversos povos, tais como diversas populações africanas. A partir deste “delírio” colonial, os mesmos passam a destituir e negar a humanidade de “não-brancos”, aniquilando e privando estes de se constituírem a partir de suas próprias perspectivas e referências culturais e epistêmicas.

Impactos do racismo na saúde mental da população negra

O processo de pós-abolição brasileira se deu a partir da política de embranquecimento da população, começando por atrair ao país uma massa de imigrantes europeus para ocupar terras públicas e cargos de trabalho valorizados, de modo a construir no Brasil uma aparência “civilizada” (branca) e condicionar a população ex-escravizada às margens, em favelas, prisões, manicômios e em postos de trabalho subalternizados.

O discurso ideológico de branqueamento da população foram, então, rearranjados pelo mito da democracia racial, propagandeada pelo intelectual Gilberto Freyre, em que se difundiu uma ideia positiva (e não forçada) da miscigenação: sua existência seria resultado de

uma herança portuguesa e seu convívio amigável com escravizados e ex-escravizados; ocultando, desta forma, a história violenta do processo de escravização e do pós-abolição e produzindo estrategicamente a imagem de um país racialmente igual e harmonioso. Estrategicamente pois é a partir da negação do racismo que se mantém uma lógica social excludente que impede o olhar atento aos efeitos estruturais, institucionais, sociais e psíquicos produzidos pelas relações étnico-raciais brasileiras (CFP, 2017).

Os efeitos destas políticas vigoram até os dias de hoje com base em diversos mecanismos, que se mostram num cenário em que 75% da parcela mais pobre da sociedade é negra (IBGE, 2019); onde 64% da população carcerária é composta por pessoas negras (DEPEN, 2018), vítimas da política do encarceramento em massa; em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, geralmente pela polícia militar (FPBS, 2018); em que há uma sobrerrepresentação de pessoas brancas em espaços de poder, como na política, na Academia, nas Mídias, nas organizações empresariais, etc.

O Brasil se configura, portanto, como um país antinegro, afetando negativamente a constituição das subjetividades negras. No geral, as subjetividades são constituídas e marcadas por diversos fatores; no entanto, no que diz respeito às subjetividades negras, o racismo torna-se um fator central, “a partir do qual toda uma configuração existencial é montada.” (Veiga, 2019, p. 246), atuando também de maneira inconsciente.

Neste sentido, Grada Kilomba (2019), psicóloga e psicanalista afro-alemã, afirma que há uma espécie de proteção do ego branco, em que se cultiva apenas os sentimentos positivos em relação a si, ao passo que as manifestações tidas como ruins ou negativas são projetadas a um objeto externo, representado pelo sujeito negro, que incorpora os aspectos que são do âmbito da repressão segundo a concepção branca: a sexualidade e agressividade, em termos psicanalíticos. À negritude, portanto, resta-lhe, historicamente, as definições de excitante e desejável, mas também de violento, perigoso, ameaça, feio, sujo, selvagem; maquiando a história e realidade opressora da branquitude e tornando-a bela, civil e moral.

Diante deste cenário colonial, no qual a representação da branquitude é tida como a ideal, benevolente e totalmente positiva, Frantz Fanon (2008) comenta que os povos colonizados passam por um processo de serem transformados em “Outros”, ou seja, tudo aquilo que é rejeitado e moralmente negativo pelo mundo branco, é atribuído, neste caso, ao sujeito negro, que é, então, inferiorizado e representante daquilo que a branquitude não quer ser associada.

Nesta dinâmica, o sujeito colonizado, para ser integral e humano, precisa ocupar um lugar que não o seu, no sentido de aproximar-se o máximo possível do ser branco. Há, a partir daí, um colapso na estrutura psíquica do sujeito, produzindo, principalmente, uma ruptura no ego. A agência sobre si transforma-se numa ação voltada para o Outro (simbolicamente branco), pois a valorização de si só pode ser dada a partir deste Outro (Fanon, 2008).

Como efeito, todos estes processos culminam, no sujeito negro, um sentimento desintegração contra seu próprio corpo e uma negação de sua própria identidade racial. Sobre isto, Neuza Santos Souza (1983, pp. 6-7) comenta:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco vão traduzir-se em ódio ao corpo negro.

Na mesma direção, Fanon (2008, p. 164) diz que o “o negro vive uma ambiguidade extraordinariamente neurótica”, pois reconhece sua identidade na medida em que se percebe como alguém ruim, feio, imoral. Portanto, para fugir desta concepção de si, é preciso que o sujeito negro se oponha e combata a sua própria imagem, de modo que haja uma espécie de cisão em sua consciência, sobrepondo o que é branco/claro àquilo o que é negro/obscuro.

O sujeito negro, submetido a essa condição de inferior que deturpa a imagem de seu próprio corpo, busca então maneiras dolorosas de modificar e/ou apagar traços do seu corpo como forma de se aproximar do ideal branco, como afinar o nariz, alisar o cabelo designado como “ruim”, clarear a sua pele a todo custo, bem como de se apropriar da cultura, valores e do intelecto branco para, em alguma medida, ser aceito, tratado e reconhecido em sua humanidade. Trata-se de uma contradição, posto que, por mais que tente se atingir este ideal, o sujeito negro jamais será visto como tal, nem por ele próprio, uma vez que não há como se desfazer daquilo que o origina. No limite, diante deste impasse, pode-se desejar o apagamento total do corpo negro, o aniquilamento da sua própria existência.

Deste modo, o sequestro sofrido pelos africanos de suas terras originais e o projeto de colonização e escravização a que foram submetidos atrelados posteriormente à falsa abolição brasileira e sua política de embranquecimento que perdura até os dias de hoje se atravessam, num plano entre passado e presente, na constituição das subjetividades negras. O sentimento de não pertencimento ao meio em que se vive e interage, o apagamento das suas próprias referências, os obstáculos que precisam ser injustamente ultrapassados para se ter acesso a determinados espaços de poder e não sucumbir à subalternidade, Veiga (2019) nomeia como “efeito diáspora”.

A partir daí, pode-se perceber que o afeto do ódio e desprezo é o que conduz o Estado, a sociedade e as instituições no geral na relação com a população negra e sua negritude; como impacto, as subjetividades negras, internalizando tal afeto, são marcadas por um penoso processo de auto-ódio (Kilomba, 2019; Souza, 1983; Veiga, 2019). Tal processo se assemelha, por exemplo, à atitude da vítima que sofre algum tipo de violência, que, recorrentemente, carrega o sentimento de culpa, vergonha, auto-ódio e medo por ter sofrido algum abuso, isentando o agressor do ocorrido, o que complexifica o processo da elaboração do trauma de uma violência (Veiga, 2019).

Ao mesmo tempo em que há o medo das autoridades que praticam o racismo, os sentimentos de vergonha e de mortificação identificados nele mostram também a expressão da culpa e da necessidade de autopunição, tornando-o vulnerável a emoções e sentimentos como raiva, inadequação, desamparo, e psicopatologias como depressão e ansiedade. (Silva Pereira & Silva Pereira, 2014, p. 89). Assim, dada tais condições de violências as quais a população negra brasileira é diariamente submetida, é apontada uma maior prevalência ou possibilidade de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, nestas do que em pessoas brancas (Smolen & Araújo, 2017).

Fica evidente, portanto, que parte do sofrimento psíquico que acomete sujeitos não-brancos e seu possível desencadeamento de psicopatologias não são simplesmente determinados por fatores neurobiológicos, sendo imprescindível que se investigue sua etiologia, ultrapassando, desta forma, os limites que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) impõe ao estabelecer os critérios diagnósticos dos transtornos psiquiátricos.

Com isso, ao tratar de psicopatologias e saúde mental, especialmente da população negra, é preciso ir além da questão da doença em si e direcionar o olhar para a “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social” (Rotelli, 1990, p. 89), considerando, assim, toda a complexidade da relação das estruturas da sociedade com o sujeito social. Deste modo, é possível afirmar que o racismo é mantido através da (re)produção, atualização e manutenção das desigualdades raciais no que tange às diversas dimensões da vida, como questões de saúde (Almeida, 2019).

Além disto, outro apontamento necessário diz respeito ao racismo institucional e as suas variadas configurações mantenedoras das desigualdades raciais, as quais permeiam as variadas instituições, como o próprio Sistema Único de Saúde, sistema este que tem a maioria de seus usuários pertencentes à população negra. Assim, a alta probabilidade de uma pessoa

negra sofrer discriminação em algum atendimento, por exemplo, expõe a urgência de erradicar tais práticas racistas dos serviços públicos, mostrando também a necessidade de serem constantemente reforçadas as políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Ainda, no que tange à psicologia, é urgente que, para além de abrir caminho para práticas e saberes oriundos de epistemologias até então marginalizadas, isto é, decoloniais e anticoloniais, os profissionais, em sua maioria brancos, conscientizem-se de seus marcadores sociais, do seu lugar de branquitude, para fertilizar um terreno onde as subjetividades negras possam ser devidamente acolhidas, tratadas e positivadas.

Além disto, outro apontamento necessário diz respeito ao racismo institucional e as suas variadas configurações mantenedoras das desigualdades raciais, as quais constroem as variadas instituições, como o próprio Sistema Único de Saúde, sistema este que tem a maioria de seus usuários pertencentes à população negra. Assim, a alta probabilidade de uma pessoa negra sofrer discriminação em algum atendimento, por exemplo, expõe a urgência de serem constantemente reforçadas as políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Considerações Finais

Portanto, dado o exposto, é possível apontar que o complexo de discriminações, os quais são mantenedores do racismo no Brasil, são expressos de diferentes formas, tanto nos modos de subjetivação, que privilegiam e colocam um sujeito branco como sendo padrão de ser humano, bem como nos modos de relações estabelecidas a partir da naturalização das violências racistas.

É urgente, deste modo, que o Ocidente seja destituído de centralidade, e que seus padrões pautados na colonialidade não constituam um “caminho único” para tudo. É necessário que a pluralidade e a diversidade de perspectivas, referências e epistemologias possam ser respeitadas e consideradas, que possam também ser vistas como possíveis bases para a construção rumo a uma sociedade livre de opressões e hierarquias racistas.

Neste sentido, descolonizar o imaginário sócio-cultural brasileiro é uma possibilidade potente e necessária no que concerne a desestruturação de uma sociedade racista. Tal caminho perpassa pelas identificações dos sintomas tóxicos que a mesma proporciona a partir de suas diversas estruturas sociais, dentre elas os estereótipos negativos associados à população negra. Assim, é preciso urgentemente que a história do Brasil seja recontada.

Por fim, é necessário que cada vez mais espaços de aquilombamento sejam multiplicados, entendo que a Psicologia tem, também, o dever de se engajar na criação de tais espaços, trazendo para a grade curricular da disciplina mais autores negros, rompendo com o centramento no sujeito branco universal.

Referências Bibliográficas

Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA.

Depen, R. (2018). Levantamento Nacional e informações penitenciárias INFOPEN-junho de 2016.

Fanon, F. (2008). Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA.

FPBS – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.

Kilomba, G. (2020). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó.

Rotelli, F. (1990) A instituição inventada. Desinstitucionalização, v. 2, p. 89-99.

Silva Pereira, A. J., & da Silva Pereira, C. (2014). A culpa, o racismo e a psicopatologia: uma reflexão. Protestantismo em Revista, 32, 86-92.

Souza, N. S. (2019). Tornar-se negro. LeBooks Editora.

Smolen, Jenny Rose, & Araújo, Edna Maria de. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(12), 4021-4030. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>

Veiga, Lucas Motta. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 244-248. Epub December 20, 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000